RECURSO DE OFÍCIO: N. 0560/20

AUTO DE INFRAÇÃO: N.20182700100387

SUJEITO PASSIVO RECORRENTE: FERRAGISTA PANAMA IMP. E
EXP EIRELI - ME.

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATOR: LEONARDO MARTINS GORAYEB

RELATÓRIO: N. 242/21/1ª CÂMARA/TATE

VOTO

I- DOS FATOS

Fora lavrado auto de infração nº 20182700100387 fls. 02 contra o contribuinte epigrafado, no dia 28/08/2018, às 10:33 horas, por deixar de pagar o ICMS ST, na entrada no território deste Estado, procedente de outra unidade da Federação, de documentos fiscais relativos à entrada de mercadorias no período de 2013. Para determinação da base de cálculo do ICMS - ST, o valor da operação foi acrescido da margem de valor agregado (MVA) de 35% conforme determina o artigo 27, II, "c" do RICMS/RO. Em anexo planilha contendo relação das NF-e e cálculo do crédito tributário e cópias dos Danfes.

Os Artigos utilizados como base legal da autuação: art.53, Inciso X, alínea "a" e "b", 2º, XV e 27, II e §6º todos do RICMS/RO c/c Art.75, §3º Lei 688/96 e a multa do Artigo 77, inciso IV, alínea "a", item 5 da Lei 688/96. O valor do crédito, segundo o agente autuante, é de R\$33.835,62.

A defesa do presente Processo Administrativo Tributário (PAT), suscita as seguintes teses: Que as operações citadas no Auto de Infração, com a nota fiscal de

nº 46499, emitida pela empresa Reaflex Produtos de Borracha LTDA, não chegou a ser concretizada, tendo o próprio fornecedor anulado a por meio das Nf de retorno nº47280 emitida pouco dia depois, cuja cópia segue em anexo. Por fim requer a improcedência do auto de infração e conseqüentemente o arquivamento por ser esta medida, da mais justa e cristalina justiça.

A Unidade de Julgamento de 1ª Instância, decide com base nos seguintes fundamentos: Que no caso em tela, deve ser excluída aquele documento citado pelo contribuinte cuja comprovação foi efetiva, portanto, deverá ser deduzida do crédito o valor referente a NFe comprovada, o crédito tributário será parcial procedente é de R\$ 13.171,91.

II - Do Mérito do Voto

Tem-se que o sujeito passivo, deixar de pagar o ICMS ST, na entrada no território deste Estado, procedente de outra unidade da Federação, de documentos fiscais relativos à entrada de mercadorias no período de 2013. Para determinação da base de cálculo do ICMS - ST, o valor da operação foi acrescido da margem de valor agregado (MVA) de 35% conforme determina o artigo 27, II, "c" do RICMS/RO.

Compulsando os autos, observa-se que o sujeito passivo, apresentou uma documentação, onde consta uma nota fiscal de devolução, 47280. Ocorre que no auto de infração ainda constam 7 Nfe's que não foram apresentadas as suas notas de retorno ou pagamento do imposto. O Julgador Monocrático ao analisar o processo, excluiu uma nota que confirmava o retorno da mercadoria e deduziu no crédito fiscal ora analisado.

Pois bem, ao analisarmos o auto de infração, constata-se que o contribuinte e nem o fisco, apresentaram recursos após notificação da decisão proferida em instância inferior, pois bem, o sujeito passivo, deixou de comprovar o retorno e o não recolhimento de 7 NFe's, de nº 3041, 25450, 74594, 51059, 11444, 8364 e 17276, não conseguindo êxito na exclusão do crédito tributário em sua totalidade, após excluir o crédito referente á uma nota, foi feito o cálculo do crédito devido, sendo de R\$13.171,91.

Tributo 17%	R\$ 5.029,20.
Multa de 90%	R\$ 5.254,32
Juros	R\$ 2.079,45
At. Monetária	R\$ 808,94.
Total do crédito devido	R\$ 13.171,91.

Neste sentido, este julgador concorda com os argumentos apresentados pelo julgador monocrático, pois foi demonstrado nos autos que o contribuinte cometeu ilícito tributário, portanto, deverá ser mantida a decisão proferida em instância inferior de Parcial Procedente o auto de infração ora analisado.

III- DO VOTO- CONCLUSÃO

Este Relator, conhece do presente Recurso de Ofício para negar-lhe provimento, no sentido que seja mantida a decisão de Primeira Instância que decidiu pela Parcial Procedência do auto de infração, assim julgo.

Porto Velho-RO, 23 de Fevereiro de 2022.

LEONARDO MARTINS GORAYEB

CONSELHEIRO DA 1ª CAMARA DE JULGAMENTO DE 2ª INSTÂNCIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : Nº 20182700100387
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 0560/2020
RECORRENTE : FERRAGISTA PANAMA IMPO. EXP. EIRELI – ME.
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : JULGADOR – LEONARDO MARTINS GORAYEB

RELATÓRIO : Nº 242/2021/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 027/2022/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS/MULTA – DEIXAR DE RECOLHER O ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NA ENTRADA DE MERCADORIA ORIUNDA DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO – OCORRÊNCIA – O sujeito passivo deixou de recolher o ICMS – ST, na entrada no território deste Estado, de mercadoria adquirida em outra unidade da Federação, no período de 2015. Demonstrado nos autos que a nota fiscal emitida por Realflex Produtos de Borracha Ltda, não teve sua operação concretizada, pois o próprio fornecedor anulou a operação emitindo nota fiscal de retorno, sob a natureza de devolução de venda, conforme documento à fls.35. Mantida a exigência em relação as demais notas fiscais que não tiveram comprovação de devolução e nem o recolhimento do ICMS-ST devido. Mantida a decisão “a quo” que julgou Parcialmente Procedente o auto de infração. Recurso de Ofício Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do Recurso de Ofício interposto para no final negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão de Primeira Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator constante dos autos, que faz parte integrante da presente decisão. Participaram do julgamento os Julgadores: Leonardo Martins Gorayeb, Roberto Valladão Almeida de Carvalho, Reinaldo do Nascimento Silva e Dyego Alves de Melo.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL
R\$33.835,62

CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE
R\$ 13.171,91.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO

TATE. Sala de Sessões. 23 de fevereiro de 2022.

~~ADRIANO ADALCÍLIO FERREIRA~~
Presidente

~~LEONARDO MARTINS GORAYEB~~
Julgador/Relator